

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 054/2026**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MAIOR OFERTA”**

**MODO DE DISPUTA “FECHADO”**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E  
TRANSPORTES**

O MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 41 da Lei Complementar Municipal nº 751, de 15 de março de 2023, c/c o inciso IV do artigo 24 do Decreto Municipal nº. 20.154 de 1º de fevereiro de 2023, e o inciso I, do artigo 2º do Decreto Municipal nº 21.567, de 1º de janeiro de 2025, torna público que, por meio da Diretoria de Compras da Secretaria Municipal de Administração, cujas atribuições estão definidas no Decreto Municipal nº 20.272, de 1º de abril de 2023, sediada na Av. Anselmo Alves dos Santos, nº 600, bairro Santa Mônica, Uberlândia/MG, CEP 38.408-150, realizará LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, na forma ELETRÔNICA, nos termos das Leis nºs 8.987/1995 e 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, Leis Municipais nºs 14.409/2025 e 14.624/2025 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste EDITAL, sendo a SESSÃO PÚBLICA realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do EDITAL.

## Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO EDITAL E DAS INFORMAÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO .....	4
3. DA MODALIDADE E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO .....	5
4. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	5
5. DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA E DAS RECEITAS ALTERNATIVAS .....	6
6. DA OUTORGA E DEMAIS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA CONCESSIONÁRIA.....	6
7. DO PRAZO DO CONTRATO E INÍCIO DOS SERVIÇOS .....	7
8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	7
9. DA GARANTIA DA PROPOSTA E DA PROPOSTA COMERCIAL .....	11
10. DA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA .....	12
11. DA PROPOSTA COMERCIAL.....	15
12. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	16
13. DA FASE DE JULGAMENTO .....	16
14. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	18
15. DOS RECURSOS.....	28
16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO .....	29
17. DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO E DEMAIS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO.....	30
18. DO CONTRATO .....	32
19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	33
20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	35
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	35

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA**

### **CONCORRÊNCIA Nº 054/2026**

**(Processo Administrativo nº8.598)**

#### **1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente LICITAÇÃO é a CONCESSÃO onerosa de uso de bem público, com a prestação de serviço de utilidade pública, compreendendo a instalação, operação, gestão e manutenção de RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, com o fornecimento, instalação e manutenção de CÂMERAS DE MONITORAMENTO integrada à estrutura dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, com exclusividade da CONCESSIONÁRIA na exploração publicitária dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL e seus anexos.
- 1.2. A LICITAÇÃO será realizada em único item.
- 1.3. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a prestação dos SERVIÇOS obedecendo às diretrizes contidas no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA e aos seguintes quantitativos:
  - a. Instalação, operação, gestão e manutenção de 70 (setenta) RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, nos locais indicados no ANEXO IV – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS E CÂMERAS DE MONITORAMENTO com o fornecimento, instalação e manutenção de 1 (uma) CÂMERA DE MONITORAMENTO integrada à estrutura de cada um dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS;
  - b. Exploração publicitária de 70 (setenta) RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS.
- 1.4. A localidade dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS poderá ser alterada somente nas hipóteses previstas na Cláusula Sétima do ANEXO VI – DA MINUTA DO CONTRATO.
- 1.5. O modo, a forma, as condições de prestação, os critérios, os indicadores, as fórmulas e os parâmetros definidores do uso dos espaços públicos, contemplando a prestação de qualidade dos SERVIÇOS nos locais objeto da CONCESSÃO, estão dispostos neste CONTRATO e em seus ANEXOS, em especial no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

- 1.6. A inexecução ou execução irregular dos encargos previstos no EDITAL e em seus ANEXOS, em desacordo com os prazos e especificações definidos, sujeitarão a CONCESSIONÁRIA às sanções previstas neste EDITAL e no CONTRATO.
- 1.7. A assunção dos SERVIÇOS se dará na DATA DA ORDEM DE INÍCIO, nos termos previstos no EDITAL e no CONTRATO.

## **2. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO EDITAL E DAS INFORMAÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO**

- 2.1. Constituem ANEXOS do EDITAL:
  - a. ANEXO I – GLOSSÁRIO
  - b. ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA
  - c. ANEXO III – CROQUIS REFERENCIAIS DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS
  - d. ANEXO IV – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS E CÂMERAS DE MONITORAMENTO
  - e. ANEXO V – MODELOS E DECLARAÇÕES
  - f. ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO
- 2.2. Com exceção das disposições do presente EDITAL e seus ANEXOS, as informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e outros documentos e dados relacionados à CONCESSÃO disponibilizados pelo PODER CONCEDENTE têm caráter indicativo e não vinculante, cabendo aos interessados o exame das instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à CONCESSÃO, responsabilizando-se, ainda, pelos custos e despesas referentes às providências necessárias à elaboração de suas PROPOSTAS COMERCIAIS e à participação na CONCORRÊNCIA PÚBLICA.
- 2.3. Além dos ANEXOS especificados no item 2.1, o Plano de Negócios Referencial da CONCESSÃO encontra-se disponível para consulta na página da Diretoria de Parcerias Público-Privadas no Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia (<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/gestao-estrategica/diretoria-de-parcerias-publico-privadas/>). Esse documento não é vinculante ao EDITAL da CONCORRÊNCIA PÚBLICA.
- 2.4. O PODER CONCEDENTE não se responsabiliza pela autenticidade do teor do EDITAL e seus ANEXOS obtidos ou conhecidos de forma ou em locais distintos dos previstos no comunicado publicado no DOM.
- 2.5. A obtenção do instrumento convocatório não é requisito para a participação na CONCORRÊNCIA PÚBLICA, a qual implica, porém, a integral e incondicional

aceitação de todos os termos, disposições e condições deste EDITAL e seus ANEXOS, bem como das demais normas a ele aplicáveis.

- 2.6. Os LICITANTES são responsáveis pela obtenção de todos os dados e informações pertinentes à exploração do OBJETO da CONCESSÃO, inclusive em relação às necessidades técnicas de cada ponto de instalação referenciados, especialmente ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.
- 2.7. Para fins da presente LICITAÇÃO, em caso de divergência entre os ANEXOS e o EDITAL, prevalecerá o disposto no EDITAL, excetuadas as divergências entre o EDITAL e o CONTRATO, quando prevalecerá o disposto no CONTRATO.
- 2.8. As definições do EDITAL serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural, exceto quando o contexto não permitir tal interpretação.
- 2.9. No caso de divergência entre os ANEXOS, prevalecerá aquele de data mais recente.
- 2.10. No caso de divergência entre os documentos impressos e os gravados em meio magnético, prevalecerão os textos impressos, exceto aqueles documentos que forem originalmente digitais.
- 2.11. No caso de divergência entre números e sua expressão por extenso, prevalecerá a forma por extenso.
- 2.12. O EDITAL e seus ANEXOS, bem como todos os documentos apresentados pela CONCESSIONÁRIA na CONCORRÊNCIA PÚBLICA, são partes integrantes do CONTRATO.

### 3. DA MODALIDADE E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1. A LICITAÇÃO adotará a modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, adotando como critério de julgamento a Maior Oferta correspondente ao maior valor de OUTORGA ofertados pelo LICITANTE ao PODER CONCEDENTE na PROPOSTA COMERCIAL, conforme disposto no art. 15, II, da Lei Federal nº 8.987/95, no EDITAL e seus ANEXOS.
- 3.2. A LICITAÇÃO adotará o modo de disputa **fechado**, conforme disposto no art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021, inexistindo fase de lances, razão pela qual os LICITANTES deverão apresentar proposta que reflita, **de imediato**, sua melhor condição econômica.

### 4. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Para fins da presente LICITAÇÃO, o valor do CONTRATO é de R\$ 48.855.781,00 (quarenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil,

setecentos e oitenta e um reais), corresponde ao valor estimado pelo PODER CONCEDENTE para a soma dos investimentos de capital para a instalação, manutenção, gestão e operação dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS e CÂMERAS DE MONITORAMENTO, bem como as despesas diretas e indiretas associadas aos referidos equipamentos, durante todo o período do CONTRATO.

- 4.2. O valor do CONTRATO é meramente referencial, não podendo ser invocado pelo LICITANTE para quaisquer fins, tampouco pela CONCESSIONÁRIA para embasar pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO.
- 4.3. O valor do CONTRATO será reajustado anualmente pelo IPCA/IBGE ou, em caso de sua extinção, por índice que o substitua, ficando sua aplicação suspensa até o décimo segundo mês da data da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, quando incidirá o índice do IPCA/IBGE acumulado, salvo disciplinamento diverso e cogente oriundo de Lei Federal.

## **5. DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA E DAS RECEITAS ALTERNATIVAS**

- 5.1. A remuneração da CONCESSIONÁRIA consistirá na exploração publicitária dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, conforme diretrizes do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, assim como da exploração dos PROJETOS ESPECIAIS conforme diretrizes previstas no CONTRATO.
- 5.2. Todas as receitas obtidas pela CONCESSIONÁRIA pela execução do OBJETO contratual e desde que não advindas da exploração publicitária dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, assim como da exploração dos PROJETOS ESPECIAIS, serão consideradas como fontes de RECEITAS ALTERNATIVAS e sua exploração deverá ser previamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE, nos termos definidos no CONTRATO.
- 5.3. Nenhum valor será devido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, a título de remuneração, em virtude da execução do OBJETO da CONCESSÃO.

## **6. DA OUTORGA E DEMAIS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA CONCESSIONÁRIA**

- 6.1. A CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE o valor consignado na sua PROPOSTA COMERCIAL a título de OUTORGA fixa, cujo valor mínimo proposto não poderá ser inferior a R\$ 16.546.524,00 (dezesseis milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais), data-base de outubro de 2025, sendo que 20% (vinte por cento) deverão ser quitados em

parcela única, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do CONTRATO.

- 6.2. O valor remanescente, equivalente a 80% (oitenta por cento) da OUTORGA FIXA, será pago em 18 (dezoito) parcelas anuais, iguais e sucessivas, com início no 25º (vigésimo quinto) mês subsequente à assinatura do CONTRATO, devendo cada parcela ser quitada até o 5º (quinto) dia útil do mês correspondente ao vencimento anual, na forma da Cláusula 3.8 do CONTRATO.

## **7. DO PRAZO DO CONTRATO E INÍCIO DOS SERVIÇOS**

- 7.1. O prazo da CONCESSÃO será de 20 (vinte) anos, contados da DATA DA ORDEM DE INÍCIO.
- 7.2. A DATA DA ORDEM DE INÍCIO e a consequente assunção dos SERVIÇOS, dar-se-á após atendidas as condições previstas no EDITAL e ANEXOS.
- 7.3. As diretrizes para o fiel cumprimento do OBJETO da CONCESSÃO estão determinadas no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.
- 7.4. A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade constantes do EDITAL e seus ANEXOS, além dos demais compromissos assumidos pelo LICITANTE por meio de sua PROPOSTA COMERCIAL.

## **8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 8.1. Poderão participar desta CONCORRÊNCIA os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), telefone suporte do fornecedor (34)2512-6500 opção 2.
- 8.2. O LICITANTE responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas PROPOSTAS COMERCIAIS e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da LICITAÇÃO por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 8.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



- 8.5. Poderão participar da presente LICITAÇÃO as pessoas jurídicas nacionais ou empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste EDITAL e da legislação em vigor, fundos de investimentos e instituições financeiras, isoladamente ou reunidas em CONSÓRCIO, desde que comprovem o atendimento das condições e demais exigências deste EDITAL e da legislação em vigor.
- 8.6. Não poderão disputar esta LICITAÇÃO, isoladamente ou em CONSÓRCIO, pessoas jurídicas:
- a. Aquela que não atenda às condições deste EDITAL e seu(s) anexo(s);
  - b. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, nas esferas federal, estadual ou municipal, por decisão administrativa ou por decisão judicial;
  - c. Que estejam temporariamente suspensas de participar em licitações e impedidas de contratar com órgão ou entidade da administração direta ou indireta do Município de Uberlândia, o que abrange as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o controle e as fundações instituídas ou mantidas, pelo referido ente, no prazo e nas condições do impedimento por decisão administrativa ou por decisão judicial;
  - d. Que estejam interditadas, por decisão judicial transitada em julgado, por crimes ambientais, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998;
  - e. Que tenham sido proibidas de contratar com a Administração Pública direta e indireta, nas esferas estadual, federal ou municipal em razão de prática de infração à ordem econômica, nos termos da Lei Federal nº 12.529 de 30 de novembro de 2011;
  - f. Que estejam suspensas e/ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, nas esferas estadual, federal ou municipal em razão de desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011;
  - g. Que tenham sido condenadas, por decisão administrativa ou decisão judicial transitada em julgado, em razão da prática de atos lesivos à Administração Pública Nacional, direta ou indireta, nas esferas federal, estadual e municipal ou por atos lesivos à Administração Pública estrangeira, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1 de agosto de 2013;
  - h. Em que o sócio ou a pessoa jurídica tenham sido proibidas de contratar com a Administração Pública em razão da condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992;



- i. Que estejam em processo de falência, de concordata ou em recuperação judicial ou extrajudicial, excetuadas aquelas que apresentarem plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste EDITAL;
  - j. Que estejam sob intervenção dos respectivos órgãos fiscalizadores de suas atividades;
  - k. Cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam ocupantes de cargo ou emprego na Administração Pública direta ou indireta do Município de Uberlândia;
  - l. Que participem em mais de um CONSÓRCIO, mesmo por via de coligadas, CONTROLADAS, CONTROLADORAS ou outra sociedade sob CONTROLE comum, resultando em mais de uma PROPOSTA COMERCIAL na CONCORRÊNCIA PÚBLICA.
  - m. Que tenha sido condenada judicialmente, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do EDITAL, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - n. Que se encontre, ao tempo da LICITAÇÃO, impossibilitada de participar da LICITAÇÃO em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - o. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 8.7. O impedimento de que trata o item 8.6. será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.
- 8.8. No caso de pessoa jurídica que esteja em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, sua participação na CONCORRÊNCIA PÚBLICA será admitida, desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua capacidade econômico-financeira.
- 8.9. A comprovação de capacidade econômico-financeira referida no item anterior deverá ser feita mediante a demonstração de que o plano de recuperação judicial foi aprovado pelos credores e a recuperação judicial foi concedida judicialmente ou, no caso de recuperação extrajudicial, mediante a demonstração de que o plano de recuperação extrajudicial foi homologado pelo juízo competente.

- 8.10. Fica permitida a participação em CONSÓRCIO, que deverá atender ao disposto na legislação aplicável, em específico o art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 19 da Lei Federal nº 8.987/1995, bem como condicionada às demais exigências estabelecidas neste EDITAL e ao atendimento dos seguintes requisitos:
- a. Cada CONSORCIADO deverá atender individualmente às exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira definidas por este EDITAL;
  - b. Deverá ser apresentado, em conjunto com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, o competente termo de compromisso de constituição de SPE, subscrito por todos os CONSORCIADOS;
  - c. Não será permitida a participação de um mesmo LICITANTE como CONSORCIADO em mais de um CONSÓRCIO, ou individualmente em mais de uma PROPOSTA COMERCIAL; e
  - d. Somente se admitirá a participação de sociedades CONTROLADAS, CONTROLADORAS ou sob CONTROLE comum de um mesmo Proponente, quando estiverem no mesmo CONSÓRCIO.
  - e. Não há limite quanto ao número mínimo ou máximo de CONSORCIADOS admitidos para cada CONSÓRCIO.
  - f. A desclassificação ou a inabilitação de qualquer CONSORCIADO acarretará a desclassificação ou a inabilitação automática do CONSÓRCIO.
  - g. As exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo CONSÓRCIO, por intermédio de qualquer dos CONSORCIADOS isoladamente, ou mediante a soma das qualificações técnicas apresentadas pelos CONSORCIADOS, observado o disposto no EDITAL.
  - h. Os integrantes do CONSÓRCIO serão solidariamente responsáveis, perante o PODER CONCEDENTE, pelos atos praticados na CONCORRÊNCIA PÚBLICA.
  - i. A responsabilidade solidária dos CONSORCIADOS cessará, para fins das obrigações assumidas em virtude da presente CONCORRÊNCIA PÚBLICA:
    - i. No caso de o CONSÓRCIO ter sido o LICITANTE VENCEDOR, com a publicação do extrato do CONTRATO no DOM; e
    - ii. No caso de o CONSÓRCIO não ter sido o LICITANTE VENCEDOR, em até 30 (trinta) dias contados da publicação do extrato do CONTRATO no DOM.
  - j. Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de CONSORCIADOS até a assinatura do CONTRATO.

## **9. DA GARANTIA DA PROPOSTA E DA PROPOSTA COMERCIAL**

- 9.1. Os LICITANTES encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a GARANTIA DA PROPOSTA e preencher em campo próprio no sistema a PROPOSTA COMERCIAL com a oferta do valor de OUTORGA fixa, até a data e o horário estabelecidos para abertura da SESSÃO PÚBLICA.
- 9.2. No cadastramento da PROPOSTA COMERCIAL, o LICITANTE declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 9.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no EDITAL e seus anexos, bem como de que a PROPOSTA COMERCIAL apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 9.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 9.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 9.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.3. O LICITANTE deverá anexar, em campo próprio do sistema a GARANTIA DA PROPOSTA na forma disciplinada neste EDITAL;
- 9.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 9.3., a e b, sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste EDITAL.
- 9.5. Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a PROPOSTA COMERCIAL até a abertura da SESSÃO PÚBLICA.
- 9.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da GARANTIA DA PROPOSTA, da PROPOSTA COMERCIAL e dos documentos de HABILITAÇÃO pelo LICITANTE, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da SESSÃO PÚBLICA.
- 9.7. O valor da PROPOSTA COMERCIAL permanecerá sigiloso exclusivamente em relação aos demais LICITANTES até a decisão de aceite ou rejeição da PROPOSTA COMERCIAL. O órgão ou entidade promotora da LICITAÇÃO terá acesso integral à PROPOSTA COMERCIAL, inclusive à via física, quando

aplicável no momento da análise, para fins de avaliação e decisão. O sigilo não alcança os órgãos de controle interno e externo, aos quais o conteúdo da PROPOSTA COMERCIAL poderá ser disponibilizado de forma plena e permanente.

- 9.8. Caberá ao LICITANTE interessado em participar da LICITAÇÃO acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.9. O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **10. DA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA**

- 10.1. A GARANTIA DA PROPOSTA deverá ser apresentada em campo próprio do sistema, antes do preenchimento da PROPOSTA, nos termos do item 9.3, deste EDITAL.
- 10.2. A GARANTIA DA PROPOSTA deverá ser apresentada no valor de R\$ 244.278,90 (duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa centavos), equivalente a 0,5% (zero vírgula cinquenta por cento) do valor estimado do CONTRATO, e poderá ser prestada por meio das seguintes modalidades:
  - a. Caução em dinheiro;
  - b. Títulos da Dívida Pública Federal;
  - c. Seguro-garantia; ou
  - d. Fiança bancária
- 10.3. A GARANTIA DA PROPOSTA deverá ter prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da abertura da SESSÃO PÚBLICA, cabendo à PROPONENTE comprovar sua renovação, por igual período, ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO até 10 (dez) dias antes do vencimento deste prazo.
- 10.4. Se a PROPONENTE não comprovar a renovação da GARANTIA DA PROPOSTA no prazo fixado no item 10.3, será notificada pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias a partir do recebimento de notificação, sob pena de ser desclassificada da LICITAÇÃO.
- 10.5. Acaso a renovação ocorra no período superior a 1 (um) ano da sua emissão original, a GARANTIA DA PROPOSTA será reajustada pela variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística – IBGE, entre o mês anterior à data da abertura da SESSÃO PÚBLICA e o mês imediatamente anterior à renovação.

- 10.6. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO analisará a regularidade e efetividade das GARANTIAS DAS PROPOSTAS.
- 10.7. Na hipótese de GARANTIA DA PROPOSTA ser prestada na modalidade de Seguro-garantia deverá ser emitida por companhia seguradora nacional ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, e será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia, acompanhada de Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice, sendo que a apólice deverá estar de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 477/2013.
- 10.8. No caso de GARANTIA DA PROPOSTA apresentada na modalidade de seguro-garantia ou fiança-bancária, deverá seguir o conteúdo mínimo dos modelos constantes no ANEXO 05 – Modelos e Declarações do EDITAL, e deverão ter seu valor expresso em Reais.
  - 10.8.1 No caso de fiança bancária, será exigida a assinatura dos representantes legais da instituição financeira emitente, com a comprovação dos respectivos poderes de representação.
  - 10.8.2 No caso de seguro-garantia, será admitida a apresentação da apólice emitida por meio eletrônico, nos termos da regulamentação vigente da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, dispensada a assinatura física dos administradores da sociedade seguradora, sem prejuízo da verificação de sua validade e regularidade pelos meios oficiais disponíveis.
- 10.9. Na hipótese de a GARANTIA DA PROPOSTA ser prestada em títulos da dívida pública, aceitar-se-á, apenas, Tesouro Prefixado (Letras do Tesouro Nacional – LTN), Tesouro SELIC (Letras Financeiras do Tesouro – LFT), Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional – série C – NTN-C) ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional – série F – NTN-F), que deverão ser emitidas sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.
- 10.10. No caso de oferecimento de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, a PROPONENTE deverá constituir caução bancária, expressa em documento original, dirigido ao PODER CONCEDENTE, datado e assinado por instituição financeira custodiante, da qual conste claramente: (i) o valor pecuniário da

caução; (ii) a identificação dos títulos caucionados esclarecendo tratar-se dos títulos regulados pela Lei Federal nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001; e (iii) cláusula segundo a qual o PODER CONCEDENTE poderá executar a caução nas condições previstas neste EDITAL.

- 10.11. Em se tratando de CONSÓRCIO, a GARANTIA DA PROPOSTA poderá ser apresentada por qualquer uma das consorciadas, independentemente da proporção de sua participação no CONSÓRCIO ou, ainda, ser apresentada por todas as consorciadas conjuntamente.
- 10.12. A GARANTIA DE PROPOSTA, prestada em qualquer das modalidades previstas neste EDITAL, deverá ser incondicional e não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela PROPONENTE e/ou pelos emitentes das garantias, relativamente à participação da PROPONENTE nesta LICITAÇÃO.
- 10.13. As PROPONENTES que não apresentarem a GARANTIA DA PROPOSTA nas condições estabelecidas neste EDITAL estarão impedidas de participar das demais fases da LICITAÇÃO.
- 10.14. Encerrada a CONCORRÊNCIA, as GARANTIAS DAS PROPOSTAS de cada PROPONENTE que dela participou e da ADJUDICATÁRIA serão devolvidas em até 15 (quinze) dias após a assinatura do CONTRATO ou após a data de publicação da revogação ou anulação da LICITAÇÃO.
- 10.15. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelas PROPONENTES em decorrência de sua participação na CONCORRÊNCIA, dará causa à execução da GARANTIA DA PROPOSTA, mediante notificação pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO à PROPONENTE inadimplente, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 10.16. Na hipótese de desistência da PROPOSTA COMERCIAL apresentada, de recusa injustificada em assinar o CONTRATO ou não apresentação da documentação exigida no item 17.3, a PROPONENTE sofrerá multa equivalente ao valor integral da GARANTIA DA PROPOSTA, que será executada em seu valor integral.
- 10.17. A GARANTIA DA PROPOSTA responderá pelas penalidades e indenizações devidas pelas PROPONENTES durante a CONCORRÊNCIA, até a assinatura do CONTRATO ou até a apresentação da documentação descrita no item 17.3, no caso da PROPONENTE vencedora, até o limite do seu valor.
- 10.18. Caso o valor da GARANTIA DA PROPOSTA seja insuficiente para fazer frente às penalidades e ou indenizações impostas, a PROPONENTE ficará obrigada a pagar pelos valores remanescentes no mesmo prazo indicado para pagamento da penalidade ou indenização a ela imposta.



## **11.DA PROPOSTA COMERCIAL**

- 11.1. A PROPOSTA COMERCIAL deverá observar todos os requisitos formais previstos neste EDITAL e seu conteúdo deverá ser expresso em carta de apresentação dirigida ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO, conforme modelo de PROPOSTA COMERCIAL constante no ANEXO V – MODELOS E DECLARAÇÕES, assinada pelo representante legal do LICITANTE ou por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome do LICITANTE.
- 11.2. Cada LICITANTE deverá apresentar apenas uma PROPOSTA COMERCIAL, que será representada pelo valor de OUTORGA FIXA oferecido ao PODER CONCEDENTE, respeitando o mínimo de R\$ 16.546.524,00 (dezesesseis milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais) conforme estabelecido no item 6.1 deste EDITAL.
- 11.3. O valor ofertado na PROPOSTA COMERCIAL será de exclusiva responsabilidade do LICITANTE, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 11.4. As PROPOSTAS COMERCIAIS deverão considerar seu prazo de vigência, todos os tributos incidentes sobre o OBJETO da CONCORRÊNCIA PÚBLICA, na forma da legislação vigente, considerando também, para sua completude, todos os investimentos, custos e as despesas relativos à execução da CONCESSÃO, bem como os riscos assumidos em virtude da CONCESSÃO, os encargos sociais e trabalhistas e seguros necessários à execução da CONCESSÃO, a reversibilidade de seus bens e todas as demais obrigações e condições fixadas neste EDITAL e seus ANEXOS.
- 11.5. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas no presente EDITAL, nem preços ou vantagens baseadas nas PROPOSTAS COMERCIAIS de quaisquer dos demais LICITANTES.
- 11.6. As informações contidas na PROPOSTA COMERCIAL poderão ser mantidas pelo PODER CONCEDENTE para formação de base de dados licitatórios.
- 11.7. O prazo de validade da PROPOSTA COMERCIAL será de, pelo menos, 01 (ANO), a contar da data de sua apresentação, devendo ser mantidas, neste período, todas as condições nela contidas.
- 11.8. Após o decurso do período de 1 (um) ano, o LICITANTE será notificado para renovar a PROPOSTA COMERCIAL por igual período 10 (dez) dias antes do seu vencimento, podendo recusar-se a fazê-lo de maneira fundamentada.
- 11.9. Em optando pela renovação da PROPOSTA COMERCIAL, o LICITANTE deverá renovar a GARANTIA DE PROPOSTA, sob pena de execução da GARANTIA DE PROPOSTA.



- 11.10. Em recusando prorrogar a validade da PROPOSTA COMERCIAL, o LICITANTE terá a devolução de sua GARANTIA DE PROPOSTA autorizada pela AGENTE DE CONTRATAÇÃO.
- 11.11. Não poderá ser incluído na PROPOSTA COMERCIAL, nem junto com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, o plano de negócios da PROPONENTE, sob pena de desclassificação da PROPONENTE e aplicação de multa equivalente ao valor da GARANTIA DA PROPOSTA, com sua consequente execução.

## **12.DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 12.1. A abertura da presente LICITAÇÃO dar-se-á automaticamente em SESSÃO PÚBLICA, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste EDITAL.
- 12.2. Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a PROPOSTA COMERCIAL, a GARANTIA DE PROPOSTA ou os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da SESSÃO PÚBLICA.
- 12.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o AGENTE DE CONTRATAÇÃO e os LICITANTES.
- 12.4. No caso de desconexão com o AGENTE DE CONTRATAÇÃO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES.
- 12.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o AGENTE DE CONTRATAÇÃO persistir por tempo superior a dez minutos, a SESSÃO PÚBLICA será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 12.6. Em caso de empate relativamente aos valores apresentados pelos LICITANTES, o PODER CONCEDENTE observará as regras de preferência aplicáveis, em conformidade com o disposto no artigo 15, § 4º, da Lei Federal nº 8.987/1995 e subsidiariamente, com o art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **13.DA FASE DE JULGAMENTO**

- 13.1. O critério de julgamento adotado será o de maior oferta, conforme disposto no art. 15, II, da Lei Federal nº 8.987/95, no EDITAL e seus ANEXOS.
- 13.2. Aberta a SESSÃO PÚBLICA o AGENTE DE CONTRATAÇÃO analisará a regularidade e efetividade das GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas e decidirá a respeito da aptidão das LICITANTES.

- 13.3. Em seguida, disporá sobre a classificação das PROPOSTA COMERCIAIS, conforme regras a seguir expostas.
- 13.4. Serão desclassificadas as PROPOSTAS COMERCIAIS:
- a. Apresentadas em desacordo com o formato do modelo definido pelo PODER CONCEDENTE ou com as demais exigências previstas no EDITAL;
  - b. Que não estiverem redigidas em língua portuguesa;
  - c. Que impliquem oferta submetida a condição ou termo não previstos neste EDITAL;
  - d. Que considerarem qualquer benefício fiscal que possa vir a ser conferido à CONCESSIONÁRIA, no âmbito da União, do Estado e do Município, durante o prazo da CONCESSÃO, sem que efetivamente exista no momento da CONCORRÊNCIA PÚBLICA;
  - e. Que apresentarem valor ou vantagem baseada nas PROPOSTAS COMERCIAIS dos demais LICITANTES;
  - f. Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada para tanto; ou
  - g. Que contiverem outros vícios capazes de comprometer a sua validade.
- 13.5. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie, por meio do sistema eletrônico, a PROPOSTA COMERCIAL, conforme o modelo de Carta de Apresentação da Proposta Comercial constante do ANEXO V - MODELOS E DECLARAÇÕES, devidamente assinada pelo representante legal do LICITANTE ou por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em seu nome, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares necessários à confirmação das informações e documentos já apresentados nos termos deste EDITAL.
- 13.6. Contra a decisão de desclassificação da PROPOSTA COMERCIAL caberá recurso, na forma do item 15 deste EDITAL.
- 13.7. Após, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO classificará em ordem decrescente as PROPOSTAS COMERCIAIS cujas GARANTIAS DE PROPOSTA forem consideradas aptas, sendo classificado em primeiro lugar o LICITANTE cuja PROPOSTA COMERCIAL apresentar a maior oferta de OUTORGA.
- 13.8. Em caso de empate relativamente aos valores apresentados pelos LICITANTES, o PODER CONCEDENTE observará as regras de preferência aplicáveis, em conformidade com o disposto no artigo 15, § 4º, da Lei Federal nº 8.987/1995 e subsidiariamente, com o art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 13.9. Ato contínuo à fase de exame da PROPOSTA COMERCIAL, passará para análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada em primeiro lugar, a fim de verificar o cumprimento das exigências de habilitação contidas neste EDITAL.
- 13.10. Ficará aberta às demais LICITANTES a possibilidade de examinar os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE mais bem classificada, após a análise e julgamento pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO, no prazo de interposição de recurso contra a decisão de habilitação proferida pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO.
- 13.11. Caso a LICITANTE cuja PROPOSTA COMERCIAL tenha sido classificada em primeiro lugar não esteja devidamente habilitada, será declarada inabilitada pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO, em decisão motivada, de modo que a LICITAÇÃO prosseguirá com a análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO daquela classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma das LICITANTES classificadas atenda às condições fixadas pelo presente EDITAL.
- 13.12. Somente será habilitado o LICITANTE que satisfizer, integralmente e sem ressalvas, o disposto acerca dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, da GARANTIA DE PROPOSTA e da PROPOSTA COMERCIAL, e demais exigências fixadas neste EDITAL.
- 13.13. A inabilitação de qualquer CONSORCIADO ensejará a inabilitação de todo o CONSÓRCIO.
- 13.14. Contra a decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso, na forma do item 15 deste EDITAL.
- 13.15. Caso todos os LICITANTES declinem expressamente do direito de recorrer, a AGENTE DE CONTRATAÇÃO proferirá o resultado da CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que será encaminhada à autoridade competente para HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO.
- 13.16. Os atos praticados e as ocorrências relevantes ocorridas em cada SESSÃO PÚBLICA realizada serão lavrados em ata assinada pelos LICITANTES presentes e pela AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

#### **14. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 14.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO dos LICITANTES, contemplará, além dos documentos necessários a satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, indicados nos subitens a seguir deste EDITAL, os seguintes documentos:

- a. Carta de apresentação devidamente assinada;
  - b. Declaração de que, caso ADJUDICATÁRIA, o LICITANTE constituirá a SPE para assinatura do CONTRATO, no Município de Uberlândia;
  - c. Compromisso de integralização de capital social mínimo da SPE, nos termos do CONTRATO, conforme Termo de compromisso de constituição de SPE;
  - d. Compromisso de adoção, pela SPE a ser estruturada sob a forma de sociedade por ações, de padrões de governança corporativa e de contabilidade, e de elaboração de demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na legislação aplicável, em específico a Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, e nas normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC;
  - e. Compromisso de que a SPE adotará mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta; e
  - f. Declaração de compromisso de cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal, nos termos do modelo previsto no ANEXO V – MODELOS E DECLARAÇÕES.
- 14.2. No caso de CONSÓRCIO, as obrigações previstas no item acima deverão ser cumpridas, quando cabível, por cada um dos respectivos integrantes do CONSÓRCIO, ou poderão ser supridas caso já constem do próprio instrumento de constituição da SPE.
- 14.3. No caso de CONSÓRCIO, também deverá ser apresentado o correspondente termo de compromisso de constituição de SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE, firmado de acordo com a legislação brasileira, subscrito pelos CONSORCIADOS, contendo:
- a. Denominação do CONSÓRCIO;
  - b. Composição do CONSÓRCIO, indicando o percentual de participação de cada CONSORCIADO no capital social da futura SPE, observadas as condições do EDITAL;
  - c. O objetivo do CONSÓRCIO, que deverá ser compatível com os fins da LICITAÇÃO e com o OBJETO do CONTRATO;
  - d. Indicação do líder do CONSÓRCIO, que deverá ser pessoa jurídica nacional;
  - e. Instrumento de mandato outorgando ao líder do CONSÓRCIO poderes expressos, irretratáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, compromissar-se, assinar quaisquer papéis, documentos e

instrumentos de contratação relacionados à CONCORRÊNCIA PÚBLICA e à execução do OBJETO da CONCESSÃO; e

- f. Declaração expressa de todos os CONSORCIADOS, vigente a partir da data da SESSÃO PÚBLICA, de aceitação de responsabilidade solidária, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, no tocante ao OBJETO da LICITAÇÃO, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas na PROPOSTA COMERCIAL apresentada.
- 14.4. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO devem se encontrar válidos na data da SESSÃO PÚBLICA.
- 14.5. Não serão aceitos protocolos de entrega, requisição de documentos ou qualquer outro meio em substituição aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos neste EDITAL e seus ANEXOS.
- 14.6. Os documentos e/ou certidões que não tenham prazo de validade legal ou não tenham prazo de validade expresso no corpo do próprio documento ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da sua emissão.
- 14.7. Não serão aceitos protocolos de entrega, requisição de documentos ou cópias reprográficas efetuadas por fac-símile em substituição aos documentos exigidos neste EDITAL e seus ANEXOS.
- 14.8. Os certificados e certidões emitidos por meio de sistema eletrônico ficarão condicionados à verificação pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO, devendo ser certificados por servidor municipal nos autos do processo administrativo, podendo o LICITANTE apresentar o certificado e/ou certidão já conferido pelo órgão emitente.
- 14.9. Na hipótese descrita no item anterior, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá confirmar quaisquer informações necessárias ou anexar cópia do próprio certificado emitido online.
- 14.10. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.
- 14.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 14.12. É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 14.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- 14.13. A verificação pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de HABILITAÇÃO.
- 14.13.1. Os documentos exigidos para HABILITAÇÃO que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no máximo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do AGENTE DE CONTRATAÇÃO.
- 14.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE VENCEDOR.
- 14.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- a. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos LICITANTES e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
  - b. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das PROPOSTAS COMERCIAIS;
- 14.16. Na análise dos documentos de HABILITAÇÃO, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.17. Na hipótese de o LICITANTE não atender às exigências para HABILITAÇÃO, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO examinará a PROPOSTA COMERCIAL subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma PROPOSTA COMERCIAL que atenda ao presente EDITAL, observado o prazo disposto no subitem 14.13.1.
- 14.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja PROPOSTA COMERCIAL atenda ao EDITAL de LICITAÇÃO, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 14.19. Poderá o LICITANTE ser inabilitado por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

#### **14.20. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

14.20.1. Para efeito de habilitação jurídica, os seguintes documentos devem ser apresentados pelo LICITANTE individual, ou por cada CONSORCIADO, no caso de CONSÓRCIO, inclusive por seu respectivo líder:

- a. Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, incluindo, se houver, as alterações realizadas desde a última consolidação e de prova dos administradores do LICITANTE em exercício, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente;
- b. No caso de sociedades por ações e sociedades limitadas, quando aplicável, os documentos listados acima deverão estar acompanhados dos documentos devidamente registrados de eleição dos seus administradores e, no caso de sociedades por ações, das respectivas publicações na imprensa, observada a Lei Federal nº 13.818/2019;
- c. No caso de empresa individual, os documentos listados acima nas alíneas “a” e “b” deste item deverão estar acompanhados de apresentação do registro comercial do LICITANTE;
- d. No caso de fundos de investimento, os documentos listados acima deverão estar acompanhados de:
  - i. Ato constitutivo com a última alteração arquivada perante o órgão competente;
  - ii. Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício;
  - iii. Comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
  - iv. Regulamento em vigor do fundo de investimento, e suas posteriores alterações se houver;
  - v. Comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente;
  - vi. Comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente autorizado a participar da LICITAÇÃO e de que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da LICITAÇÃO, assumindo, em nome do fundo de investimento, todas as obrigações e direitos que dela decorrerem; e
  - vii. Comprovante de qualificação do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a CVM;
- e. No caso de entidades abertas ou fechadas de previdência complementar os documentos listados acima deverão estar acompanhados de:
  - i. Inscrição ou registro do ato constitutivo, acompanhados da ata que elegeu a administração em exercício;



- ii. Regulamento em vigor;
- iii. Comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) ou órgão que a substitua; e
- iv. Declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.
- f. No caso de instituições financeiras, e sem prejuízo das demais exigências aplicáveis, comprovação da autorização de funcionamento como instituição financeira e comprovação da homologação da eleição do seu administrador, emitida pelo Banco Central do Brasil (BACEN);
- g. Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização ou equivalente e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **14.21. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

14.21.1. Para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, os seguintes documentos devem ser apresentados pelo LICITANTE individual, e, sendo o caso, por cada CONSORCIADO, no caso de CONSÓRCIO, inclusive por seu respectivo líder:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o OBJETO contratual;
- c. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos relativos a tributos federais, inclusive previdenciários, e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual relativa ao domicílio ou sede do LICITANTE, mediante certidões emitidas quanto aos débitos inscritos em dívida ativa, abrangendo todos os tributos administrados pelo Estado;
- e. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal relativa ao domicílio ou sede do LICITANTE, mediante certidões de tributos municipais quanto aos

débitos inscritos e não inscritos em dívida ativa, abrangendo todos os tributos administrados pelo Município;

- f. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) mediante certificado emitido pela Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 27, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
- g. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas da Justiça do Trabalho – CNDT.

14.21.2. Serão aceitas como comprovação de regularidade fiscal e trabalhista certidões positivas com efeito de negativas que noticiem, em seu corpo, que os débitos estão judicialmente garantidos ou com a sua exigibilidade suspensa.

14.21.2.1. Os documentos dispostos nos subitens “a)” a “g)”, do item 14.21.1. poderão ser dispensados para as empresas registradas no cadastro de fornecedores de bens, materiais, serviços, obras e serviços de engenharia do Município de Uberlândia, mediante a apresentação da cópia do seu Cadastro Municipal de Contribuinte (CMC), que será conferido mediante consulta da situação do LICITANTE, no momento da análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

14.21.3. Caso o LICITANTE não esteja cadastrado como contribuinte no Município de Uberlândia deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal ou procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de Uberlândia.

14.21.4. Caso o LICITANTE possua mais de uma inscrição no cadastro de contribuintes, deverá apresentar certidões de regularidade de débitos relativas a cada cadastro que possua.

## **14.22. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

14.22.1. Para fins de capacitação técnico-profissional, o LICITANTE deverá demonstrar que possui vínculo, por relação de emprego, sociedade, direção, administração, por contrato de prestação de serviços, genérico ou específico, ou ainda pela Certidão de Registro do LICITANTE no CREA/CAU, desde que nesta Certidão conste o nome do(s) profissional(is), na condição de responsável(is) técnico(s) do LICITANTE, com os seguintes profissionais:

- a. Profissional(is) com a competente habilitação e registro no(s) seu(s) respectivo(s) conselho(s) profissional(is), responsável(is) pelo projeto executivo, a ser apresentado pelo LICITANTE;

- b. Profissional(is) com a competente habilitação e registro no(s) seu(s) respectivo(s) conselho(s) profissional(is), demonstrando experiência comprovada por meio atestado(s) técnico-profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente (Certidões de Acervo Técnico) registrada(s) no respectivo Conselho Profissional, pertinentes a instalação e manutenção de mobiliário urbano, em área urbana.
- 14.22.1.1. Para fins de comprovação do vínculo referido no item 14.22.1, será admitida, alternativamente, a apresentação de declaração de contratação futura do(s) profissional(is) indicado(s), acompanhada de declaração de anuência do(s) respectivo(s) profissional(is), comprometendo-se a integrar a equipe técnica do LICITANTE em caso de adjudicação.
- 14.22.1.2. Na hipótese do item 14.22.1.1, a comprovação da efetiva formalização do vínculo deverá ser apresentada previamente à assinatura do CONTRATO.
- 14.22.2. Para fins de capacidade técnico-operacional, o LICITANTE deverá apresentar atestado(s) fornecido(s) por entidade(s) de direito público ou privado emitido(s) em nome do LICITANTE ou de empresas do mesmo grupo econômico, de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos montantes exigidos no EDITAL, sendo:
- a. Instalação e manutenção de 21 (vinte e um) RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS ou outros elementos de mobiliário urbano que apresentem características com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao OBJETO deste EDITAL, incluindo a capacidade de exploração publicitária em área urbana vinculada a tais equipamentos.
- 14.22.3. O(s) atestado(s) exigido no item 14.22.2 deverá(ão) ser apresentado(s) em nome do LICITANTE ou de empresas integrantes do mesmo grupo econômico, para fins de comprovação da experiência operacional mínima requerida. Fica vedada, porém, a emissão de atestados pelo próprio LICITANTE em seu favor ou por empresas do mesmo grupo econômico em benefício próprio.
- 14.22.4. O(s) atestado(s) de capacidade técnica-operacional(is) deverá(ão) ser emitido(s) em papel que identifique o atestante, constando o cargo e o nome legível do signatário, bem como os meios de contato para eventual consulta ou diligência.
- 14.22.5. O(s) atestados(s) referidos no item 14.22.2 deverão contemplar, no mínimo: as atividades e serviços (objeto) a que se refere(m); o percentual de participação do LICITANTE no objeto a que se refere(m), quando for o caso; as datas de início e de término da realização das atividades e serviços; e o número de equipamentos a que se refere(m).

- 14.22.6. Os serviços a que se refere o item 14.22.2, “a”, poderão ser atestados pelo somatório de até 2 (dois) contratos, desde que tais contratos estejam dentro de um período de 12 (doze) meses.
- 14.22.7. Para fins de comprovação, considerar-se-ão como equipamentos equivalentes apenas aqueles que possuam porte, funcionalidades e complexidade tecnológica e operacional compatíveis com o OBJETO deste EDITAL, sendo vedada a apresentação de atestados relativos a equipamentos de menor porte ou de utilização restrita, que não atendam ao mesmo nível de exigência técnica.
- 14.22.8. Na hipótese de utilização, por um LICITANTE, de atestados emitidos em nome de CONTROLADA, CONTROLADORA ou de entidade(s) sujeita(s) ao mesmo CONTROLE, o LICITANTE deverá apresentar declaração, indicando tal condição, acompanhada do respectivo organograma do grupo econômico e respectivas relações societárias e demonstrando a efetiva vinculação entre as pessoas jurídicas, tais como contratos sociais, estatutos sociais, livros de registro de ações (incluindo ações escriturais), livros de registro de transferência de ações (incluindo ações escriturais) e acordos de quotistas ou de acionistas.

#### **14.23. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 14.23.1. Para efeito da comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os documentos relacionados abaixo, pelo LICITANTE individual, e por cada CONSORCIADO, no caso de CONSÓRCIO, inclusive por seu respectivo líder, observando as condições a seguir:
- a. Para qualquer tipo de sociedade empresária e para administradora (s) e/ou gestora(s) de fundo(s): certidão negativa de pedido de falência e recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor Judicial da Comarca (Varas Cíveis) do município sede do LICITANTE, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à SESSÃO PÚBLICA, sendo que, havendo qualquer ação judicial distribuída, deverá ser juntada a certidão de objeto e pé, que aponte a situação do processo atualizado para 90 (noventa) dias antes da SESSÃO PÚBLICA;
  - b. Em se tratando de sociedade não empresária ou outra forma de pessoa jurídica: certidão expedida pelo Distribuidor Judicial das Varas Cíveis em geral (Execução Patrimonial) da Comarca onde a empresa está sediada, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à SESSÃO PÚBLICA,

sendo que, havendo qualquer ação judicial distribuída, deverá ser juntada a certidão de objeto e pé atualizada, que aponte a situação do processo atualizado para 90 (noventa) dias antes da SESSÃO PÚBLICA;

- c. No caso de certidão apontando a existência de recuperação judicial ou extrajudicial, o LICITANTE deverá apresentar documento que comprove a sua capacidade econômico-financeira, conforme o disposto no EDITAL;
- d. Balanço patrimonial e respectivas demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devidamente registrados perante o órgão de registro competente e assinado pelo representante legal do LICITANTE e por contador devidamente habilitado, devendo ainda, quando legalmente exigido, estar acompanhado de relatório de auditores independentes.
- e. Comprovação de capital social ou de patrimônio líquido mínimo igual ou superior a R\$ 488.557,81 (quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, e oitenta e um centavos) equivalente a 1% (um por cento) do valor do CONTRATO, podendo o LICITANTE que participar na forma de CONSÓRCIO somar o capital social ou de patrimônio líquido de seus CONSORCIADOS para tal comprovação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e devidamente registrado ou pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

14.23.2. No caso de LICITANTE constituído no mesmo exercício financeiro, a exigência contida no subitem “d”, acima, será atendida mediante apresentação dos balancetes de constituição e o do mês anterior ao da SESSÃO PÚBLICA.

14.23.3. As empresas constituídas após o encerramento do último exercício social deverão apresentar, em substituição ao balanço patrimonial e às demonstrações contábeis, o balanço de abertura.

14.23.4. Para os fins das exigências contábeis, as sociedades anônimas deverão apresentar demonstrações contábeis por meio de uma das seguintes formas: publicação na imprensa oficial, publicação em jornal de grande circulação, ou ainda, por meio de cópia autenticada das demonstrações contábeis perante a Junta Comercial competente.

14.23.5. Os demais tipos societários e o empresário individual deverão apresentar cópia autenticada do balanço patrimonial, registrado na Junta Comercial competente, ou em outro órgão equivalente, na sede do LICITANTE.

- 14.23.6. Os LICITANTES que utilizarem a Escrituração Contábil Digital - ECD, através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, deverão apresentar para fins de habilitação os documentos abaixo:
- a. Recibo de entrega de livro digital e Requerimento de autenticação de livro digital (estes podem ser substituídos pelo Termo de Autenticação);
  - b. Termo de Abertura e Encerramento;
  - c. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios sociais.
  - d. Quando o LICITANTE for entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, além dos documentos referidos no item 14.23.1, declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC ou órgão que a substitua.
- 14.23.7. Quando o LICITANTE for fundo de investimento, deverá apresentar, além dos documentos referidos no item 14.23.1, certidão negativa de falência da administradora e gestora do fundo, expedida pelo cartório(s) de distribuição da sede das mesmas, com data de até 90 (noventa) dias corridos anteriores à SESSÃO PÚBLICA.

## **15.DOS RECURSOS**

- 15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das GARANTIAS DAS PROPOSTAS, das PROPOSTAS COMERCIAIS e da habilitação ou inabilitação de LICITANTES, à anulação ou revogação da LICITAÇÃO, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 15.3. Será assegurado aos LICITANTES o direito de manifestar intenção de recorrer em duas etapas distintas do PROCESSO LICITATÓRIO:
- i) Após o julgamento da PROPOSTA COMERCIAL;
  - ii) Após a habilitação ou inabilitação do LICITANTE;
- 15.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento da GARANTIA DA PROPOSTA, DA PROPOSTA COMERCIAL ou da habilitação ou inabilitação do LICITANTE:
- 15.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 15.4.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de no máximo a 10 (dez) minutos.

- 15.4.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 15.4.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 15.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 15.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Uberlândia ([www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br)).

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

- 16.1. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO declarará a vencedora por meio de relatório final, seguindo os autos posteriormente para a necessária adjudicação e homologação por parte do Ordenador de Despesas.
- 16.2. O PODER CONCEDENTE adjudicará o OBJETO da CONCORRÊNCIA PÚBLICA ao LICITANTE VENCEDOR e convocará, mediante publicação no DOM, a ADJUDICATÁRIA para assinatura do CONTRATO, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da mencionada publicação.
  - 16.2.1. O prazo previsto no item 16.2 poderá ser prorrogado por igual período se solicitado durante o seu transcurso pela ADJUDICATÁRIA, e desde que decorrente de motivo devidamente justificado e aceito pelo PODER CONCEDENTE, sendo admitida, ainda, a prorrogação por determinação do PODER CONCEDENTE.



- 16.2.2. Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o CONTRATO no prazo fixado ou não atendendo a qualquer das condições precedentes para assinatura do CONTRATO, nos termos do EDITAL, poderá o PODER CONCEDENTE, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e da execução da GARANTIA DE PROPOSTA COMERCIAL, convocar para a assinatura, na respectiva ordem de classificação, os LICITANTES remanescentes, os quais deverão comprovar, para fins da ADJUDICAÇÃO, o cumprimento dos requisitos de habilitação e demais exigências do EDITAL.
- 16.3. Na hipótese do item 16.2.2 e em virtude de fatos supervenientes, o PODER CONCEDENTE poderá revogar a CONCORRÊNCIA PÚBLICA mediante decisão devidamente justificada em prol do interesse público.

## **17. DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO E DEMAIS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

- 17.1. Como condição para a assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá constituir SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, que será a CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.
- 17.1.1. Para a assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá constituir uma SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, em conformidade com a lei brasileira, com sede no Município de Uberlândia.
- 17.2. Será admitida a constituição de sociedades intermediárias entre os CONSORCIADOS e a SPE, desde que sejam compostas, exclusivamente, pelos CONSORCIADOS, e que a participação indireta de cada CONSORCIADO no capital social da SPE reflita o percentual de sua participação no CONSÓRCIO durante a LICITAÇÃO.
- 17.3. A comprovação da constituição da SPE deverá ser feita, perante o PODER CONCEDENTE, até a data da assinatura do CONTRATO pela ADJUDICATÁRIA, com as certidões que comprovem o registro da SPE na Junta Comercial da sede e o seu registro no CNPJ/MF.
- 17.4. Caso o LICITANTE VENCEDOR seja LICITANTE individual, a SPE deverá ser sua subsidiária integral.
- 17.5. Em caso de CONSÓRCIO, o LICITANTE VENCEDOR deverá constituir a CONCESSIONÁRIA observada a composição acionária apresentada no Compromisso de Constituição de SPE apresentado para fins da CONCORRÊNCIA PÚBLICA.
- 17.6. A CONCESSIONÁRIA assumirá a forma de sociedade anônima, será sediada no Município de Uberlândia e deverá ter como único objeto a exploração da CONCESSÃO.

- 17.7. O tempo de duração da CONCESSIONÁRIA deverá ser, pelo menos, igual ao prazo da CONCESSÃO acrescido do tempo necessário para a liquidação e extinção de todas as suas obrigações.
- 17.8. Na data de assinatura do CONTRATO, o capital social integralizado da CONCESSIONÁRIA deverá ser de, no mínimo, R\$ 488.557,81 (quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos) equivalente a 1% (um por cento) do Valor do CONTRATO.
- 17.9. O estatuto social da CONCESSIONÁRIA deverá contemplar cláusula que vede a alteração de seu objeto social sem prévia e expressa anuência, respeitada as condições estabelecidas no CONTRATO.
- 17.10. O exercício social da CONCESSIONÁRIA e o exercício financeiro do CONTRATO coincidirão com o ano civil, feita exceção ao primeiro ano, que terá início com a DATA DA ORDEM DE INÍCIO.
- 17.11. A CONCESSIONÁRIA estará vinculada, durante todo o prazo da CONCESSÃO, ao disposto no CONTRATO, no EDITAL e seus ANEXOS, na documentação por ela apresentada, em especial a PROPOSTA COMERCIAL, e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação vigente, nas esferas municipal, estadual e federal.
- 17.12. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na legislação societária brasileira, em regras e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e nas normas contábeis exaradas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- 17.13. Até a data de assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá comprovar ao PODER CONCEDENTE, como condição para a assinatura do CONTRATO, que:
- a. Prestou a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, observadas as condições e os limites previstos no ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO e contratou as coberturas de seguro nele previstas;
  - b. Possui todos os documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos neste EDITAL, devidamente atualizados na ocasião da contratação;
- 17.14. O estatuto social da CONCESSIONÁRIA deverá contemplar, no mínimo:
- a. Cláusula que vede alteração do objeto social da CONCESSIONÁRIA, respeitada as condições estabelecidas no CONTRATO;
  - b. Cláusula que proíba a contratação de obrigações garantias por direitos emergentes da CONCESSÃO em níveis que comprometam a

operacionalização e a continuidade da prestação do SERVIÇO público OBJETO da CONCESSÃO;

- c. Cláusula que submeta à anuência do PODER CONCEDENTE:
  - i. qualquer alteração no capital social que implique sua redução;
  - ii. propostas de emissão de títulos e valores mobiliários que contenham dispositivo de conversão em ações que impliquem, em caso de conversão, alteração no CONTROLE da sociedade ou que tenham como garantia ações com direito a voto de acionistas integrantes do grupo controlador da CONCESSIONÁRIA;
  - iii. as operações de fusão, cisão ou incorporação relativas em que seja parte a CONCESSIONÁRIA;
  - iv. a contratação de empréstimos ou obrigações cujos prazos de amortização excedam o termo final do CONTRATO;
  - v. qualquer alteração no quadro acionário ou poder de CONTROLE da CONCESSIONÁRIA.
- d. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei nº. 6.404/76 e alterações posteriores), em regras e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e das Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Federal nº 11.079/04.

17.15. Sem prejuízo de suas responsabilidades, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares à prestação dos SERVIÇOS relativos ao OBJETO do CONTRATO.

17.16. Se o ADJUDICATÁRIO se recusar a assinar o CONTRATO no prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE ou, ainda, não cumprir qualquer das exigências prévias à assinatura do CONTRATO, fica o AGENTE DE CONTRATAÇÃO autorizado a convocar os demais LICITANTES, na ordem de classificação de suas PROPOSTAS COMERCIAIS, para proceder à assinatura do CONTRATO, após verificação dos documentos de qualificação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **18.DO CONTRATO**

18.1. O CONTRATO obedecerá aos termos da minuta constante do ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO.

- 18.2. A legislação brasileira aplicável será aquela em vigor na data dos atos ou fatos que vierem a ocorrer.
- 18.3. O PODER CONCEDENTE providenciará a publicação do extrato do CONTRATO, bem como de seus aditamentos, no DOM, de acordo com a legislação vigente.

## **19.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 19.1. Os LICITANTES ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos, sem prejuízo das demais responsabilidades, às sanções dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e expostas no Decreto nº 20.154, de 01 de fevereiro de 2023.
- 19.2. Observar-se-á o disposto no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.
- 19.3. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o CONTRATO dentro do prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE, ou o não atendimento das condições precedentes para a assinatura do CONTRATO nos termos e prazos previstos neste EDITAL, ensejará a aplicação das seguintes sanções, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa:
- a. Multa, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do CONTRATO, que poderá ser executada por meio da GARANTIA DE PROPOSTA;
  - b. Suspensão temporária de participar em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses;
  - c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 06 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem antecedente.
- 19.4. A sanção prevista na alínea “a” do item 19.3 acima poderá ser aplicada cumulativamente com uma das demais penalidades discriminadas no mesmo subitem, tendo-se por base a gravidade da infração e os parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade a serem observados em cada caso, assegurados a ampla defesa e o contraditório a ADJUDICATÁRIA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 19.5. A sanção de suspensão de participar em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a Administração Pública e a sanção de declaração de

inidoneidade, previstas nas alíneas “b” e “c” do item 19.3, também poderão ser aplicadas àqueles que fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal e àqueles que não mantiverem sua PROPOSTA COMERCIAL.

- 19.6. Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do LICITANTE ou contratado.
- 19.7. A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 136 e seguintes do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.
- 19.8. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.
- 19.9. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
- 19.10. As sanções serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ou outro que vier a substituí-lo.
- 19.11. Durante o processo administrativo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e suas alterações, como ato lesivo contra a administração pública, cópias necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à Controladoria Geral do Município, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 19.12. Para a execução do contrato de CONCESSÃO, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

## **20.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 20.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este EDITAL por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 20.2. Caberá, exclusivamente, às LICITANTES, a responsabilidade pela informação correta e atual do endereço eletrônico para o qual deverão ser enviadas as respostas, bem como o acompanhamento das publicações oficiais e no sítio eletrônico, não transmitindo esta responsabilidade para a Administração Pública.
- 20.3. Caso os questionamentos não sejam realizados até o prazo definido nas cláusulas anteriores, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das PROPOSTAS COMERCIAIS, não cabendo, portanto, aos LICITANTES, direito a reclamações posteriores.
- 20.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 20.5. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas
- 20.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.7. A CONCESSÃO de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO, nos autos do processo de LICITAÇÃO.
- 20.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **21.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 21.1. Será divulgada ata da SESSÃO PÚBLICA no sistema eletrônico.
- 21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO.
- 21.3. Todas as referências de tempo no EDITAL, no aviso e durante a SESSÃO PÚBLICA observarão o horário de Brasília - DF.



- 21.4. A homologação do resultado desta LICITAÇÃO não implicará direito à contratação.
- 21.5. As normas disciplinadoras da LICITAÇÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.6. Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas PROPOSTAS COMERCIAIS e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste EDITAL e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.9. Em caso de divergência entre disposições deste EDITAL e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste EDITAL.
- 21.10. O EDITAL e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://www.uberlandia.mg.gov.br/>.
- 21.11. Todos os documentos exigidos para participação no certame, incluindo a GARANTIA DA PROPOSTA, a PROPOSTA COMERCIAL, os documentos de HABILITAÇÃO e quaisquer declarações previstas no EDITAL, deverão ser apresentados **exclusivamente em formato PDF**, devidamente legíveis e integralmente acessíveis.
  - 21.11.1. Os arquivos deverão estar sem restrições de abertura, impressão ou cópia, sendo de responsabilidade da LICITANTE assegurar a integridade, autenticidade e completa visualização das informações enviadas.
  - 21.11.2. A apresentação em formato diverso poderá acarretar a desconsideração do documento para fins de análise.
- 21.12. Os endereços de e-mail informados na PROPOSTA COMERCIAL, bem como os cadastrados no SICAF, serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente encaminhadas.
- 21.13. Reputa-se como entregue e recebido, e-mail que não retornar com mensagem de erro.



- 21.14. A empresa deverá incluir o domínio “@uberlandia.mg.gov.br” na sua lista de e-mail confiáveis como forma de evitar que as comunicações sejam consideradas SPAM ou Lixo Eletrônico.
- 21.15. A Administração Pública reserva-se o direito de anular ou revogar a presente LICITAÇÃO nos casos previstos por Lei, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado sem que, com isso, caiba aos LICITANTES o direito à indenização.

....., ..... de ..... de 20.....

**[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]**

**Nome Arquivo: 1 - Edital Concorrência Eletrônica\_Corrigido\_Parecer\_drive 30-03.pdf**

**Documento assinado de forma digital por Paulo Romes Junqueira**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*wNSRmvl8\*\*8WKfl\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 31/03/2026 15:57:27**



**20261320912JOC**

**Vistado de forma eletrônica por:**

**Sandro Márcio Pereira Miranda - Assessor Técnico DAM-16**  
**Prefeitura Municipal de Uberlândia**  
**Data: 31/03/2026 15:55:53**



**20261320912JOC**